

**ATA**

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram os Vereadores Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 - Vereador José Torcato Ribeiro – Disse querer fazer nova intervenção sobre a Torre da Alfândega, referindo que a discussão sobre este assunto acabou por ter dois aspetos positivos, concretamente o comunicado que a Câmara Municipal emitiu em 16 de março informando que vai ser possível visitar a muralha existente na Avenida Alberto Sampaio, junto às ameias, bem como a decisão de promover a identificação de todo o cadastro e estudo de propriedade de todo o pano da muralha e dos seus edifícios. Disse, ainda, que, pese embora toda a poeira que se levantou em torno deste assunto, o que importa é que houve decisões positivas para o resolver. Entendeu que a Câmara deveria contactar o novo proprietário do imóvel em causa considerando esta a forma mais rápida e eficaz para resolver o assunto. De seguida, referiu uma

declaração de José de Guimarães, de que leu excertos, designadamente quando é referido que se houvesse identificação do prédio em momento oportuno não se teria perdido tanto tempo e a transação do imóvel teria sido feita com a Câmara Municipal e por valores mais baixos, concluindo ter havido negligência da parte da Autarquia por não ter acautelado o interesse público. Finalmente, para terminar, disse que iria entregar uma proposta, solicitando que fosse agendada para a próxima reunião de Câmara, no sentido de se iniciar procedimento administrativo para a classificação das Muralhas de Guimarães/Cerca Urbana de Guimarães como Monumento Nacional. Entregou, também, cópia de um e-mail datado de 9 de outubro de 2012 do Arquiteto Miguel Bastos que lhe foi enviado a si e aos Vereadores André Coelho Lima e César Machado, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Solicitou que fosse colocada uma placa identificadora da Torre da Alfândega, para um conhecimento mais profundo daquele espaço. Após os esclarecimentos prestados pelo Vereador José Bastos, a seguir referidos, perguntou se, mesmo com a alegada discrepância das áreas, estava ou não, na informação constante da Casa Pronta, incluído o vão da Torre. -----

2 - Vereador André Coelho Lima – a) - Disse querer lamentar declarações do Presidente da Câmara à comunicação social relativamente a Domingos Machado Mendes, que citou: *"(...) E também se esquece que a Câmara está em Tribunal com este senhor, Domingos Mendes. Está em Tribunal exatamente por uma ação interposta para defender os interesses da Câmara nos terrenos da Cidade Desportiva, porque a Câmara quer pagar e eu decidi pagar apenas os terrenos da Cidade Desportiva como terrenos agrícolas. Este assunto já tem 14 anos. Eu, neste momento, há dois anos ou um ano, já como Presidente, assumi,*



mesmo contra à classificação da reserva agrícola do Governo anterior, que queria classificar estes terrenos como equipamentos e eu não deixei. E os terrenos da Cidade Desportiva continuam como agrícolas e por mim só pagarei, a Câmara só pagará estes terrenos da Cidade Desportiva como agrícolas. É bom saber que o Sr. Vereador André Coelho Lima sobre estas matérias sobre estas matérias tem estado calado." Disse que tal declaração, no que a si toca, não correspondia à verdade e tem que ser esclarecida publicamente. Afirmou que está a decorrer uma ação para expropriação dos terrenos da Cidade Desportiva e não uma ação para defender os interesses da Câmara nos terrenos da Cidade Desportiva, tal como o Presidente da Câmara havia dito na referida declaração. De seguida, recordou uma proposta aprovada em 20 de setembro de 2012 em que a Câmara Municipal deliberou alterar a área, designação e valor atribuídos aos terrenos da Cidade Desportiva em deliberações anteriores para avançar com o processo expropriativo, tendo sido superiormente decidido aceitar pagar o valor indemnizatório de €2.968.299,00 pelos 70.000 m² que representam as 4 parcelas a adquirir. Continuou, referindo que quem defendeu esta proposta foi o então Vice-Presidente, hoje Presidente da Câmara, e que esse pagamento não pressupunha que os terrenos fossem agrícolas. Afirmou ter votado contra essa proposta, tal como consta da ata, com declaração de voto, tendo os Vereadores do PS e do PCP votado favoravelmente. Concluiu que foi o Tribunal de Contas que obrigou a Câmara a pagar estes terrenos como não agrícolas e não o Presidente da Câmara, pelo que entendeu que as suas declarações não correspondiam à verdade; **b)** - Sobre a Torre da Alfândega disse que, no seu entendimento, o que era importante era negociar com o proprietário a compra do imóvel em questão pelo valor que foi

transacionado. Em segundo lugar, disse que a Câmara pode não querer exercer o direito de preferência, como o fez, mas no comunicado que se seguiu refere que poderá vir a promover um processo de expropriação. Por último, sugeriu que a Câmara desse início a um processo de inquérito interno para se perceber a razão pela qual têm surgido informações que fazem com que um determinado particular manifeste interesse em negócios da Câmara.-----

3 – Vereador José Bastos – Sobre a intervenção do Vereador José Torcato, disse que registava, com agrado, a serenidade com que fez as suas declarações, tendo considerado que o fundamental é estarem imbuídos no espírito de resolução de assuntos que dizem respeito a Guimarães. Continuou, dizendo que o que se pode dizer é que a Câmara Municipal foi instada a pronunciar-se sobre o exercício de um direito de preferência, lendo, de seguida, aquilo que consta do *site* “Casa Pronta” onde consta quais os dados que devem constar do pedido de direito de preferência, para concluir que não houve a disponibilização de dados essenciais que permitissem à Câmara ter informação precisa e rigorosa do que estaria em causa. No seguimento, informou sobre os detalhes da informação ao tempo apresentada, onde se verifica um conjunto de incongruências, levando a Câmara a não ter elementos que lhe permitisse, de forma objetiva, decidir pela aquisição do imóvel. Disse, então, que a informação disponibilizada referia-se apenas aos números de polícia 6, 8 e 10, omitindo o número 12 da Rua Dr. Avelino Germano e os números 33, 35, 37 e 39 da Rua do Anjo. Continuou, referindo algumas incongruências detetadas entre a caderneta predial e a documentação que agora é conhecida, designadamente quanto à indicação da área de implantação, da área bruta privativa, da área por piso e do número de pisos.



Concluiu não ter havido um único dado que fosse correto e rigoroso, que permitisse à Câmara uma avaliação correta do imóvel em causa, contrariando uma obrigação que é a publicitação dos elementos essenciais para a definição da compra e venda. Disse, ainda, que a decisão de permitir a circulação pública no topo da muralha existente na Avenida Alberto Sampaio - sendo possível caminhar pela muralha, junto às ameias, no troço entre a Câmara Municipal e a Colegiada da Oliveira - estava já tomada e tinha sido já trabalhada em conjunto com a Associação Muralha e com o Eng.º Miguel Bastos. Referiu que o processo de identificação de todo o cadastro e estudo de propriedade de todo o pano da muralha e dos seus edifícios, que o Presidente da Câmara decidiu mandar realizar, vai ajudar a resolver algumas questões, adivinhando-se que não será um trabalho rápido nem fácil. Por último, informou que todo este processo foi remetido aos Serviços do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Guimarães para análise das consequências jurídicas desta situação e dos pressupostos que poderão eventualmente ter levado a Câmara ao erro e ao engano, bem como do estudo de uma eventual possibilidade de retoma do direito de preferência. Informou, também, ter sido solicitada à Conservatória do Registo Predial informação, por escrito, sobre a identificação do proprietário do prédio da Rua do Anjo, nº 33, para que, com base nessa informação, seja desencadeado, de imediato, processo de expropriação com o objetivo de devolver à fruição pública a Torre de Alfândega. Sobre se estava ou não incluído o vão da Torre, disse que a discrepância das áreas subverte completamente a análise do processo. -----

4 – Presidente da Câmara – a) - Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima, disse que falava sempre verdade,

pelo que quando disse, enquanto Presidente da Câmara, que havia decidido encetar processo expropriativo para pagamento dos terrenos da Cidade Desportiva a preço agrícola, até porque existia na zona um proprietário que já havia acordado a venda de cerca de 60.000 metros de terreno ao preço de entre 12 e 14 euros por metro quadrado. Recordou, a propósito, o processo apresentado em Tribunal contra a entidade regional do norte da reserva agrícola nacional, por não ter aceitado manter os terrenos da Cidade Desportiva como agrícolas. Continuou, referindo que, apesar deste óbice, foi possível que o atual Plano Diretor Municipal atual fosse aprovado mantendo os terrenos da Cidade Desportiva como reserva agrícola nacional e não como equipamentos. Finalizou, dizendo que o seu tema de campanha eleitoral foi “Continuar Guimarães”, o que significa não haver rutura entre o passado e o presente; **b)** - Sobre aquilo que é publicado na imprensa, disse que verificava que só as declarações que são prestadas no final da reunião é que são noticiadas e não aquelas que são referidas na própria reunião de Câmara; **c)** - Sobre a Torre da Alfândega disse que se trata de um monumento com interesse público, pelo que se vai trabalhar no sentido de que este espaço seja devolvido aos vimaranenses. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – Leu, em voz alta, um ofício do Secretário de Estado das Autarquias Locais respondendo às questões que lhe havia colocado em reunião realizada no passado dia 4 de fevereiro no que respeita ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que conclui que os edifícios situados no Centro Histórico classificado património mundial estão isentos de IMI. Disse que este entendimento vai no sentido do que a Câmara defendia, faltando agora apenas a validação do Ministério das Finanças. -----



2 – Do ofício remetido ao Ministro da Saúde sobre a rejeição das quatro candidaturas do Hospital Senhora da Oliveira para a classificação de Centro de Referência Nacional, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

3 – Da realização, no próximo dia 7 de abril, no Auditório do Centro Internacional das Artes José de Guimarães, do Seminário “A CPLP e a projeção internacional da Língua Portuguesa”, no âmbito das comemorações dos 20 anos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, convidando todos os membros do Órgão Executivo a estar presentes no evento. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do ofício da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA, remetendo, para conhecimento, o 3.º aditamento ao contrato de abertura de crédito celebrado em 5 de fevereiro de 2016 com o Banco BPI, SA e a Caixa Geral de Depósitos, SA, o qual contratualiza as alterações das condições do financiamento aprovadas pela Assembleia Geral em reunião realizada em 17 de dezembro de 2015. -----

2. Do ofício da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A. remetendo, em cumprimento das disposições dos seus Estatutos e do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Relatório e Contas de 2015, aprovado em Assembleia-Geral realizada a 11 de março, acompanhado da respetiva Certificação Legal de Contas, Relatório e Parecer do Fiscal Único e ata de aprovação. -----

3. Do ofício da Cooperativa Fraterna remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2015.

4. Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para

conhecimento, o Relatório de Atividades e Contas de Gerência relativo ao exercício de 2015, aprovado por unanimidade em Assembleia Geral de Cooperantes realizada no passado dia 10 de março. -----

5. Do documento relativo à Certificação Legal das Contas de 2015.

6. Do Relatório e Parecer do Auditor Externo sobre os documentos de prestação de contas, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras do Município de Guimarães, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. -----

6. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 28 de fevereiro de 2016, que aprovou a aquisição, a Diana Paula de Barros Pereira Serpa Magalhães, de um prédio rústico denominado "Campo do Adro" ou "Campo da Poça de Linhares", com a área total de 3.055,00m², situado no lugar do Casal de Senhoras, da freguesia de Pinheiro, no âmbito do estudo urbanístico da "**Centralidade de Pinheiro**", pelo preço de €75.000,00. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2016. Foi dispensada a leitura

da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CÂMARA – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO -

ANO DE 2015 – Presente a seguinte proposta: "**1. Introdução** - O Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela lei n.º 24/98, de 26 de maio, pretende assegurar o funcionamento democrático dos órgãos eleitos, garantindo às minorias o direito de constituir e



exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais, com a licitude que lhes é provida pela constituição e pela lei. Por oposição entende-se o acompanhamento, a fiscalização e a crítica das orientações políticas do Governo ou dos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais de natureza representativa, em moldes mais eficazes, dotando a oposição de direitos de participação em áreas fundamentais. De acordo com o n.º 1 do artigo 10.º da referida Lei nº 24/98, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, até ao final do mês de março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias, expondo as atividades que deram origem e que contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição. Estes relatórios deverão ser remetidos aos titulares do direito de oposição para que sobre eles se pronunciem.

2. Titulares do direito de oposição - Além de outros mencionados no artigo 3º do Estatuto do Direito de Oposição, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, bem como os grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico.

3. Cumprimento do direito de oposição no Município de Guimarães - No Município de Guimarães o **PS** é o único partido político que detém pelouros e poderes delegados.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da aludida lei n.º 24/98, apenas são titulares do direito de oposição: – O **PPD/PSD**, no Mandato 2013-2017, que iniciou em 12 de outubro de 2013, foi eleito para a Câmara Municipal em coligação com o **CDS-PP**, estando representados por **três vereadores do PSD e um do CDS-PP**. Ainda neste Mandato, o **PPD/PSD** foi eleito para a Assembleia Municipal em coligação com o **CDS-PP**, estando representado por **vinte e oito membros do PSD e quatro do CDS-PP**; – A **Coligação Democrática Unitária** [CDU-PCP-PEV], no Mandato 2013-2017, que iniciou em 12 de outubro de 2013, está representada na Câmara Municipal por **um vereador** e na Assembleia Municipal por **seis membros**; – O **CDS-PP**, no mandato 2013-2017, que iniciou em 12 de outubro de 2013, foi eleito para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal em coligação com o **PPD/PSD**, com a representação também acima mencionada. - O **Bloco de Esquerda**, no mandato 2013-2017, que iniciou em 12 de outubro de 2013, está representado na Assembleia Municipal por **um membro**; - No atual Mandato 2013-2017, que iniciou em 12 de outubro de 2013, o **MPT**, que foi eleito em coligação com o PPD-PSD e o CDS-PP, está representado na Assembleia Municipal por **um membro**. De acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e para o cumprimento do disposto na alínea x) do n.º 1 do artigo 68.º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e na alínea yy) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de seguida relatam-se, genericamente, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição: **3.1. Direito à informação** - No decorrer do ano de 2015, os titulares de direito de oposição do



Município de Guimarães foram regularmente informados pelo Órgão Executivo e pelo Presidente da Câmara, tanto de forma expressa como verbal, da atividade municipal, da tramitação dos principais assuntos de interesse público e da informação financeira do Município. Assim, aos titulares do direito de oposição foram comunicadas informações no âmbito das alíneas s), u), v), x), bb) e cc) do n.º 1 do artigo 68.º e do n.º 4 do mesmo artigo da referida lei n.º 169/99 e das alíneas s), t), u), x), e y) do n.º 1 do artigo 35.º e do n.º 4 do mesmo artigo da igualmente referida lei n.º 75/2013, a saber: – Informação sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Câmara, a qual foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele órgão; – Resposta a todos os pedidos de informação apresentados pelos vereadores; – Resposta a todos os pedidos de informação comunicados pela mesa da Assembleia Municipal; – Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município; – Promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa; – Remessa à Assembleia Municipal das minutas das atas das reuniões do Executivo Municipal após a sua realização e das atas das reuniões deste mesmo Órgão, após aprovação; **3.2. Direito de consulta prévia** - De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Estatuto do Direito de Oposição, foram facultados aos vereadores e aos representantes dos partidos políticos e grupos de cidadãos na Assembleia Municipal, propostas dos Planos e Orçamentos Municipais, resultando a sua aprovação dentro dos prazos legais. Foram facultadas, com a antecedência prevista na lei, e por Plataforma Eletrónica, as agendas das reuniões do

Executivo e disponibilizados para consulta todos os documentos necessários à tomada de decisão. Foi fornecida a cópia desses documentos, sempre que solicitada, com meios humanos e materiais da Autarquia. **3.3. Direito de participação** - No ano de 2015 o Executivo Municipal procedeu, atempadamente, ao envio de informações pertinentes aos vereadores da oposição. Foram igualmente dirigidos os convites aos membros eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais relevantes para o engrandecimento e desenvolvimento do Concelho de Guimarães, não só naqueles que foram organizados ou apoiados pela Câmara Municipal, mas também naqueles em que, pela sua natureza, tal se justificou. Foi, ainda, garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à Autarquia e destinada aos vereadores ou aos membros da Assembleia Municipal. Foi, igualmente, assegurado à oposição o direito de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, tendo os mesmos, para tal, apresentado propostas, pedidos de informação, requerimentos, declarações políticas e esclarecimentos que foram tramitados nos termos legalmente previstos. **3.4. Das condições físicas e humanas para o exercício do Direito de Oposição** - Foram disponibilizados aos membros do Órgão Executivo sem competências atribuídas espaços de trabalho no edifício dos Paços do Concelho, equipados com o material necessário ao desempenho das suas funções, designadamente material informático, de comunicações e mobiliário diverso, onde aqueles Vereadores podem igualmente reunir e receber cidadãos e entidades que lhes requeiram audiências. **3.5 Direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação** - De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, os titulares do



direito de oposição dispõem do direito de se pronunciarem sobre o relatório, elaborado pelo Órgão Executivo, de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido estatuto e, a pedido de qualquer desses titulares, pode o respetivo relatório ser objeto de discussão pública na Assembleia Municipal. **4. Conclusão** - Em face do exposto, foram asseguradas, pela Câmara Municipal de Guimarães, as condições adequadas ao cumprimento do estatuto do direito de oposição durante o ano de 2015, considerando como relevante o papel desempenhado pelo Executivo Municipal como garante dos direitos dos eleitos locais da oposição. Nestes termos, e em cumprimento do art.º 3º e do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito da Oposição, deve este relatório ser submetido ao Órgão Executivo e, posteriormente, enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Guimarães e aos representantes dos partidos políticos titulares do direito de oposição na Assembleia Municipal. Deve, ainda, este relatório ser publicado na página oficial da internet do Município."

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Neste ponto, os vereadores eleitos pela coligação Juntos por Guimarães concederam um voto de confiança à maioria socialista. Confiaram na seriedade das palavras do Presidente de Câmara na sua tomada de posse de que iria trabalhar *"com todos e para todos"*, várias vezes repetida em ocasiões públicas, e inclusive votaram a favor do estatuto do direito de oposição referente ao ano 2013. No ano subsequente, apesar das inúmeras críticas vertidas para a declaração de voto,

entendeu-se ainda assim manifestar confiança numa alteração de procedimento, pelo que, apesar de se considerar substantivamente haver razões para censurar com voto contra o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, optou-se, ainda assim, pela abstenção. Como então se dizia: *"Pelas razões indicadas mas essencialmente, por termos sentido uma alteração de posição da Câmara no que respeita aos convites remetidos para as iniciativas por si organizadas, optamos pela abstenção."* Em face do que tem ocorrido, não pode a postura ser tão tolerante como tem sido até aqui. Essencialmente porque se o que condicionou os sentidos de voto por que optamos até aqui foi um voto de confiança, foi uma manifestação de crédito na credibilidade política e mesmo dos agentes que sempre nos manifestavam as melhores intenções, são agora inúmeras as demonstrações de que a desconsideração dos agentes de oposição não é uma questão de distração – como daquelas que ocorrem em situações tão pouco importantes como da Torre da Alfândega – mas sim de intencionalidade. E perante a intencionalidade manifesta de separar o "trigo do joio" entre vereadores com e sem pelouro, não nos podemos conformar. Perante a forma como o Presidente de Câmara procura transformar eventos organizados institucionalmente pela Câmara Municipal em ações de campanha partidária, não podemos calar. Como sempre temos dito, o que mantemos, abdicamos de discutir o cumprimento formal do Estatuto do Direito de Oposição, porque cremos não ser esse que está em causa. Mas antes o cumprimento substantivo desse direito. Vejamos: Que dizer quanto aos inúmeros convites dirigidos à Câmara Municipal, que são dirigidos a "Senhor Presidente de Câmara e restante vereação" ou "Senhor Presidente de Câmara e Vereadores" e que são mantidos na gaveta onde alguns, em



tempos, meteram o socialismo? Deles não somos informados, os mesmos não nos são remetidos, é-nos ocultada a informação de que fomos, enquanto vereadores e sem distinção quanto à circunstância de terem ou não pelouros, convidados por uma determinada instituição para um determinado evento? Que dizer quando a Câmara organiza o evento "Guimarães Marca" e tem reservados lugares na primeira e segunda fila para os vereadores com pelouro (embora estranhamente com o vice-presidente da segunda fila e um outro vereador a partilhar a primeira fila com o Presidente de Câmara) e relega um dos vereadores desta coligação para o lugar do público, atrás mesmo das instituições convidadas? Que dizer quando na organização da Taça Davis a Câmara ocupa os seus 12 lugares de camarote com assessores e funcionários municipais (para além dos vereadores com pelouro), ficando os demais vereadores, sem pelouro, em zona de público apesar de se tratar de uma zona de boa visualização? Que dizer de a Câmara Municipal de Guimarães, esta mesma instituição de que todos fazemos parte, organizar anualmente uma Festa de Natal com quase um milhar de idosos de instituições e nesse evento se fazer representar apenas pelo Presidente de Câmara e vereadores que sejam da sua escolha? Que dizer de a Câmara Municipal de Guimarães organizar anualmente um Almoço de Reis com mais de 1.600 pessoas e nesse evento se fazer representar apenas pelo Presidente de Câmara e vereadores que sejam da sua escolha? Que dizer de a Câmara Municipal de Guimarães organizar anualmente as Reisadas dos Jardins de Infância no Largo da Oliveira e nesse evento se fazer representar apenas pelo Presidente de Câmara e os vereadores que sejam da sua escolha? Que dizer do Presidente de Câmara se ter comprometido, publicamente, em 2014, a apresentar o orçamento anual em tempo para ao mesmo poderem

ser introduzidas alterações eventualmente decorrentes das audições aos partidos da oposição e ter procedido exatamente da mesma forma no ano subsequente? Que dizer da circunstância do Presidente de Câmara se ter comprometido, publicamente, em 15.10.2015 a promover a alteração aos estatutos da Associação para o Desenvolvimento Sustentável e ainda não o ter feito até esta data e nem uma palavra sobre o assunto ter sido dispensada? Que dizer da circunstância de esta Câmara Municipal fazer a assinatura dos protocolos com as associações culturais, sociais e desportivas do nosso concelho, protocolos esses todos votados por unanimidade em reunião de Câmara, e nessa cerimónia institucional se fazer representar apenas pelo Presidente de Câmara e pelos vereadores que sejam da sua escolha? Que dizer do facto de apesar de serem públicas as reuniões de Câmara Municipal ter sido rejeitada pela maioria socialista a possibilidade de os próprios vereadores nela participantes terem acesso pelos meios normais às gravações das reuniões em que participam? Que dizer da circunstância de, em Janeiro de 2015 e na sequência de intervenção efetuada precisamente neste sentido por António Monteiro de Castro em representação deste grupo de vereadores, o Presidente de Câmara ter afirmado, o que está publicado em jornais, que *"... institucionalmente são todos vereadores, concordo, mas nos eventos exclusivamente da Câmara Municipal, festivos, de celebração, convidarei os senhores vereadores..."* e desde essa data em diante a Câmara Municipal organizou, como *"eventos festivos, de celebração, exclusivamente da Câmara Municipal"* a Festa de Natal 2015, o Almoço dos Reis 2016 e as Reisadas da Infância 2016, e ainda organizou as sessões de assinaturas de protocolos com instituições sociais, culturais e desportivas do nosso concelho, das quais não foram informados e para as quais não foram



convidados os vereadores sem pelouro? O que dizer de tudo isto é que são posturas que demonstram insegurança na medida em que parecem temer a democracia representativa. Mas são sobretudo posturas pouco aconselháveis no normal e regular funcionamento da democracia representativa. Acrescidamente, recordaremos o executivo socialista de Guimarães que a Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português (aprovado pela Lei nº 40/2006 de 25.08) situa em 41º lugar os Presidente de Câmara e em 51º "*Vereadores das câmaras municipais*" (vd. art.º 7º) sem aí se discriminar se se trata de vereadores com ou sem pelouros atribuídos. Nem nesse local nem em qualquer outro. Da mesma forma, qualquer manual de protocolo autárquico refere de forma clara que a seguir a presidente e vice-presidente de câmara, a seguinte precedência é a de "*restantes vereadores, pela ordem da respetiva eleição*", uma vez mais sem discriminar a atribuição de pelouros e atribuindo mesmo a ordenação protocolar devida. Que, aliás, é a ordem que a Lei das Precedências do Protocolo de Estado manda aplicar a deputados da Assembleia da República (artigo 21º) "*os deputados têm entre si a precedência decorrente da ordem da respetiva eleição*". Como aliás a Câmara de Guimarães bem sabe porque é aquela que aplica no Dia do Município – 24 de Junho – embora se olvide da mesma nas restantes iniciativas. Atentas as razões indicadas e manifestamente, votamos **contra**." -

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL 2016 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – RETIFICAÇÃO DOS VALORES -

Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal, em sua reunião realizada no passado dia 16 de março de 2016, deliberou aprovar submeter à Assembleia Municipal a repartição dos encargos relativos à despesa inerente à empreitada de

Requalificação e Beneficiação de Arruamentos a Rede Viária Municipal, no montante total de €2.000.000,00 + IVA, da seguinte forma: - Ano de 2016 - €1.200.000,00 + IVA; - Ano de 2017 - €800.000,00 + IVA. Entretanto, em função da perceção de novas necessidades, deverá atualizar-se o valor inicialmente previsto, não só no valor total da despesa inerente à referida empreitada, como também na respetiva repartição de encargos nos dois anos de execução da obra. Assim, propõe-se que seja retificada aquela deliberação no sentido de submeter à Assembleia Municipal a aprovação da repartição de encargos relativa a esta empreitada, cuja despesa global importa agora em €2.900.000,00 + IVA, da seguinte forma: - Ano de 2016 - €400.000,00 + IVA; - Ano de 2017 - €2.500.00,00 + IVA. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE SANDE S. CLEMENTE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, na qualidade de entidade gestora e administradora do cemitério da freguesia de Sande S. Clemente, comunicou a esta Câmara Municipal as suas preocupações relativas à manifesta urgência e necessidade de alargamento do cemitério da freguesia, tendo em conta a lotação existente e a consequente impossibilidade de dar resposta às necessidades da sua população. Para o efeito, apresentou três orçamentos no Departamento de Obras Municipais, sendo que o de valor mais baixo é de €77.210,60, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, solicitando o apoio da Câmara Municipal, de forma a compartilhar nos custos de execução daquela obra. Assim, tendo em conta a



imprescindibilidade e a urgência desta intervenção naquele equipamento público, bem como o valor total do investimento, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €50.000,00, destinado a financiar as obras de ampliação do Cemitério de Sande S. Clemente, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do mesmo Departamento de Obras Municipais.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE TABUADELO E S. FAUSTINO – RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO E MURO DE SUPORTE DA PLATAFORMA VIÁRIA DA RUA DAS LEIRAS, S.

FAUSTINO – Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Tabuadelo e S. Faustino solicitou a concessão de um apoio financeiro para a obra de reconstrução do pavimento e respetivo muro de suporte da plataforma viária que sustenta a rua das Leiras, em S. Faustino, na sequência do abatimento do piso e queda de muro de suporte da referida via pública, ocorrida com o mau tempo no passado dia 13 de fevereiro, salientando várias ocorrências de menor gravidade já resolvidas pela Junta de Freguesia. Verifica-se que o estado atual daquela rua põe em causa a segurança pública, tendo em conta o perigo de progressão da queda do muro de suporte e consequente aluimento da via, pelo que a Divisão de Trânsito e Espaços Públicas procedeu ao corte daquela infraestrutura viária até à execução da obra. Para o efeito, apresentou dois orçamentos no Departamento de Obras Municipais,

sendo que o de valor mais baixo é de €3.350,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal o apoio à União de Freguesias de Tabuadelo e S. Faustino, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €4.120,50, destinado a financiar as obras de reconstrução de pavimento e muro de suporte da rua das Leiras, em S. Faustino, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE MESÃO FRIO – CENTRO DE CONVÍVIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE MESÃO FRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - Presente a seguinte proposta: “O

aumento do envelhecimento e da longevidade da população e das patologias adjacentes a este processo conduz à necessidade de proporcionar respostas de intervenção social baseadas na promoção da autonomia e bem-estar, proporcionando um envelhecimento saudável e ativo que retarda situações de dependência favorecendo assim uma melhoria significativa na sua qualidade de vida. De acordo com esta tendência demográfica, na freguesia de Mesão Frio verificamos 31 idosos a viverem sós com idade igual ou superior a 65 anos (Censos de 2011) estando já sinalizadas e acompanhadas pelo Programa Guimarães 65+. Face a esta realidade e à necessidade de proporcionar respostas para este tipo de público que permitissem a estimulação física e cognitiva, a consolidação das relações afetivas prevenindo o isolamento social e a autonomia, a Junta de Freguesia de Mesão Frio, implementou um



centro de convívio “Os Amigos de Mesão Frio” proporcionando um conjunto de iniciativas e atividades de animação sociocultural. Considerando as orientações estratégicas para o eixo do desenvolvimento territorial, contempladas no Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020, que assentam numa oferta diversificada de respostas sociais ajustadas às necessidades dos cidadãos e às especificidades e características do território e assumida a aposta do Município na implementação de serviços de proximidade submete-se a aprovação a transferência a título de subsídio do valor de €3.505,00 (três mil, quinhentos e cinco euros - iva já incluído), à Junta de Freguesia de Mesão Frio, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para garantir a aquisição de equipamento que permitirá melhorar a qualidade das atividades desenvolvidas (dois computadores, um ecrã plasma, respetivas secretárias e cadeiras).

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S.JOÃO E VERMIL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA CONCLUSÃO DA CASA MORTUÁRIA -

Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Airão São João, Airão Santa Maria e Vermil solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a conclusão das obras de construção da Casa Mortuária, apresentando uma estimativa do total do investimento no valor de €112.500,00. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, bem como o valor total do investimento, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à União de Freguesias de Airão São João, Airão Santa Maria e Vermil, mediante a atribuição de um subsídio extraordinário no valor de

€50.000,00, destinado a financiar as obras de construção da Capela Mortuária de Vermil, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do mesmo Departamento de Obras Municipais.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASEMBLEIA MUNICIPAL.-----

PROTOCOLOS/CONTRATOS-PROGRAMA – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES

E ALTO DOURO - RATIFICAÇÃO - Presente, para ratificação, o Protocolo de Colaboração celebrado com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no passado dia 18 de março de 2016, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.**---

REGULAMENTOS – INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA ELABORAÇÃO DE UM REGULAMENTO QUE DISCIPLINE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte proposta: “O Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente pretende dar início ao procedimento tendente à elaboração de um regulamento municipal que discipline a concessão de incentivos e benefícios aos bombeiros voluntários do concelho de Guimarães. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à elaboração e posterior aprovação pelos



órgãos do Município, do regulamento municipal que discipline a concessão de incentivos e benefícios aos bombeiros voluntários do concelho de Guimarães. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no "site" deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração dos mencionados Regulamentos. A apresentação dos contributos para a elaboração dos Regulamentos deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR EM CARREIRA PÚBLICA - ANO LETIVO 2016/2017 (CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA NOS TERMOS DO Nº1, DO ARTIGO 5º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS) – Presente a seguinte informação:

1. Objeto: Aquisição de serviços de transporte escolar em carreira pública dos alunos matriculados no ensino básico e secundário; **2. Considerandos:** a) Por deliberação de Câmara de 3 de março foi aprovado o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2016/2017, e por forma a dar execução àquele Plano, é agora necessário dar início aos procedimentos respetivos; b) A presente informação diz respeito à aquisição de serviços de transporte de alunos em carreira pública. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 5 e 12 do art.º 75.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015), norma que se encontra em vigor por força do disposto no artigo 12.º -H da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela

Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, que foi mantido em vigor ex vi n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto dos contratos é a aquisição de serviço de transporte escolar em carreira pública, sendo, para o efeito, contratadas as empresas de transporte coletivo: ARRIVA PORTUGAL – TRANSPORTES, LDA; TRANSDEV NORTE, SA; REDM – RODOVIÁRIA D’ENTRE DOURO E MINHO; AUTO-VIAÇÃO LANDIM, LDA; TRANSURBANOS DE GUIMARÃES – TRANSPORTES PÚBLICOS, LDA, que detêm a exclusividade dos itinerários constantes do documento em anexo. b) A despesa anual estima-se em €1.611.097,92 (um milhão seiscentos e onze mil noventa e sete euros e noventa e dois cêntimos), à qual acresce IVA à taxa legal em vigor, e repartida da seguinte forma: -----

Carreira Pública		Set. a dez. 2016	Jan. a jun. 2017	Total
Operadores	Arriva Portugal	€268.798,04	€403.197,05	€671.995,09
	Transurbanos de Guimarães	€183.417,36	€275.126,04	€458.543,40
	Transdev Norte	€126.643,77	€189.965,66	€316.609,43
	Rodoviária D’Entre Douro e Minho	€36.267,74	€54.401,60	€90.669,34
	Auto Viação Landim	€29.312,26	€43.968,40	€73.280,66

c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.1.2.57 (referente a transportes escolares) do ano de 2016. d) Nos termos do nº1, do artigo 5º do CCP não há lugar a procedimento de formação de contrato (procedimento concursal) por se tratar de contratação excluída. e) Finalmente informa-se que não será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, dado que os preços dos transportes



coletivos rodoviários de passageiros, para distâncias inferiores a 50km, são fixados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT) e o aumento tarifário decretado pelo Governo e publicado através de despacho em Diário da República.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR ANO LETIVO 2016/2017 PROPOSTA PARA ABERTURA – CONCURSO PÚBLICO N.º 4/16

– Presente a seguinte informação: “Submete-se para aprovação superior, o pedido de parecer prévio, o programa de concurso, o caderno de encargos, anexos, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com a alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de serviços – Transporte escolar – Ano Letivo 2016/2017; **Período de vigência:** setembro de 2016 a julho de 2017; **Preço base:** 255.780,00€ + IVA (6%), sendo: - Lote 1: Transporte escolar: 240.027,20€ + IVA (6%); - Lote 2: Transporte no período de almoço: 15.752,80€ + IVA (6%). Ao preço base não foi aplicada a redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, por força do n.º 10 do mesmo artigo. **Repartição de encargos:** - Lote 1: - Ano 2016 (setembro a dezembro): 87.941,00€ + IVA (6%); - Ano 2017 (janeiro a julho): 152.086,20€ + IVA (6%). - Lote 2: - Ano 2016 (setembro a dezembro): 5.771,50€ + IVA (6%); - Ano 2017 (janeiro a julho): 9.981,30€ + IVA (6%). - **Classificação económica:** 020210 -

Plano: 2.1.2.57 **Procedimento:** Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. Entidade competente para adjudicar: Município de Guimarães. **Júri:** Efetivos: Presidente – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; Vogais: - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica; - Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior; Vogais Suplentes: - Clara Maria Soares, Técnica Superior; - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Cordeiro de Almeida. Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

PATRIMÓNIO – COMODATO DA ANTIGA EB1 DO BAIRRO/PEVIDÉM – SOCIEDADE MUSICAL DE PEVIDÉM –

Presente a seguinte informação: “Como é do conhecimento público, a Câmara Municipal está a executar a empreitada de **“Adaptação da Antiga EB1 do Bairro para Escola de Música”**. A Sociedade Musical de Pevidém vem solicitar a cedência daquele espaço, em regime de comodato, para instalação da sua Escola de Música. Como é sobejamente conhecido a Sociedade Musical de Pevidém, Instituição com 121 anos de existência é aquela que melhor estabelece a ligação e união de todas as freguesias vizinhas em prol da cultura, formação e divulgação musical, tendo como atividade principal o ensino da música. Das inúmeras distinções destacam-se, em 1994, por ocasião do seu 1º Centenário, a condecoração pela Câmara Municipal de Guimarães com a medalha de Ouro de Mérito Associativo, e, em 2015 participa no concurso



internacional XVI Certamen Internacional de Bandas “Vila de Aranda”, em Espanha, onde obtém o 1º Prémio e Voto de Louvor da Câmara Municipal de Guimarães. A Sociedade Musical de Pevidém é desde fevereiro de 2009 Instituição de Utilidade Pública, *“pelos relevantes serviços prestados à comunidade ao fomentar a cultura, através da Escola de Música, da Orquestra Juvenil e da Banda Musical, contribuindo com tudo isto, para a elevação intelectual e artística dos seus sócios e da população em geral”*. É também responsável por vários projetos culturais e sociais, tais como, “Músicas com História” e a “Banda vai à Escola”. Esta coletividade conta com uma Orquestra Juvenil, Coros da Escola de Música e vários Grupos Instrumentais, cujas aulas são lecionadas por professores habilitados, sob a orientação e coordenação Pedagógica do Professor Vasco Silva de Faria. A sua Escola de Música sempre esteve vocacionada para dar aulas com a perspetiva de os alunos ingressarem na Banda de Música. No entanto, com o decorrer dos anos os objetivos vão-se adaptando e transformando, pelo que se verifica a necessidade de criar uma Escola Oficial de Música que responda à procura e exigências atuais, através de um ensino de qualidade com as condições logísticas indispensáveis ao desenvolvimento de um trabalho de Excelência, criando postos de trabalho a vários professores e profissionais de música com vontade de proporcionar e ministrar este ensino aos interessados, e proporcionando, por outro lado, não só maior conforto aos que não necessitarão de se deslocar para longe e aos que por vários motivos não seguiram o ensino da música por não se poderem deslocar para fora do concelho, assim como chegar a alunos que de outra forma não terão a oportunidade de fruir do Ensino Vocacional de Música. Assim, a criação de uma Escola Profissional de Música, a implementar pela Sociedade Musical de Pevidém, assenta nas

seguintes premissas: 1. Conquistar alunos e maximizar os seus potenciais cognitivos bem como alargar a escolaridade e, no futuro próximo, otimizar a sua intervenção socio profissional; 2. Apoiar os alunos facilitando o desenvolvimento da sua identidade, avaliando as suas capacidades, interesses, necessidades e competências e promover a construção de um projeto de vida pessoal; 3. Assegurar a igualdade de oportunidades a nível do acesso e informação a todos; 4. Incentivar o desenvolvimento de competências transversais; 5. Promover a cultura musical; 6. Promover espetáculos e outras iniciativas culturais; 7. Desenvolver trabalhos de parceria entre a escola, família, alunos, associações e empresas; 8. Dinamizar a ligação escola – família; 9. Promover ações que permitam a visibilidade da academia no exterior; 10. Criar condições para tornar a Escola numa instituição com identidade própria, interveniente e aceite de pleno direito junto da comunidade social; 11. Otimizar os serviços e outras estruturas no sentido de um melhor serviço à comunidade escolar; 12. Promover e incentivar o gosto pela música numa região, onde as raízes e tradições musicais são muito fortes; 13. Mostrar que qualquer pessoa que goste de música, e queira aprender um instrumento desde cedo e sem limite de idade, poderá fazê-lo; 14. Contribuir para a divulgação da cultura musical junto da população através do ensino. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, e, considerando que a Autarquia tem vindo a ceder edifícios escolares devolutos a diversas entidades, contribuindo assim para a implementação de valências culturais e sociais que se traduzam num efetivo enriquecimento da oferta de serviços às populações, será de deferir o pedido da Instituição. Deste modo, em caso de concordância superior, poderá ser formalizada a cedência do identificado prédio através de contrato de comodato, a



fim de satisfazer as necessidades da Sociedade Musical de Pevidém, e demais população. Assim, deverá ser submetida a aprovação da Câmara, ao abrigo da alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a cedência à Sociedade Musical de Pevidém, do antigo edifício escolar de Bairro/Pevidém, sito na Praça Francisco Inácio, da freguesia de Selho S. Jorge, descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 1835/20070523 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1559, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na reunião de Câmara Municipal de 20.05.2010 veio para informação a instalação do Pólo de Pevidém da Biblioteca Municipal Raul Brandão na antiga Escola EB1 de Bairro, entretanto desativada. A propósito dessa intenção de instalação, interveio o vereador André Coelho Lima dando conta da existência de um pedido da Sociedade Musical de Pevidém para instalação de uma Escola de Música nesse mesmo local. Tendo no momento feito previamente uma declaração de interesses relativamente aos fortes laços que o ligam à instituição, apresentou em seguida uma série de razões pelas quais entendia que aquele espaço deveria ser atribuído à Sociedade Musical de Pevidém ao invés de o ser para instalação do Pólo de Pevidém da Biblioteca Raul Brandão, argumentos que em seguida se recordam, em citação da intervenção efetuada na altura: *“Tradição da vila de Pevidém no fenómeno musical (nenhuma outra freguesia, como*

Pevidém, justificaria tal investimento); O projeto que envolve a criação de uma escola oficial de ensino de música; A formação musical prevista: orquestra e orfeão juvenis, aulas de canto, aulas de instrumentos diversos com projetos desde os 0 anos, bebês, 1º e 2º ciclo e escola livre; A cobertura geográfica assente em parcerias já estabelecidas que abarca todo o sul/sudeste do concelho; A circunstância de o Pólo de Pevidém da Biblioteca Raul Brandão já ter instalações, que poderão eventualmente ser melhoradas, enquanto que a Sociedade Musical de Pevidém não tem instalações que sirvam este propósito pelo que a atribuição deste espaço criaria uma nova valência na vila de Pevidém para servir o sul do concelho" O vereador André Coelho Lima terminou então a sua intervenção afirmando que: *"todas estas razões justificam, em nossa opinião, que pudesse ser revista e repensada a posição da Câmara e atribuída a antiga Escola EB1 de Bairro à Sociedade Musical de Pevidém, para criação de uma Escola de Música naquela vila vimaranense"*. Naquele momento, a vereadora da Cultura em representação de todos os vereadores socialistas respondeu desvalorizando a proposta de um modo até nas raias do jocoso, no que foi secundada pelos seus pares, onde se encontrava o então vice-presidente Domingos Bragança, hoje Presidente de Câmara. Três anos mais tarde, já no ano 2013, em sessão de campanha na vila de Pevidém, André Coelho Lima então na qualidade de candidato à Câmara Municipal reitera coerentemente na proposta de *"Ceder a antiga escola primária de Bairro à Sociedade Musical de Pevidém"*, recuperando uma proposta sua apresentada em reunião de Câmara três anos antes, que havia merecido a indiferença e a inequívoca inação do executivo socialista. Também em sessão de campanha na vila de Pevidém, Domingos Bragança na qualidade de candidato à Câmara Municipal



apresenta a proposta de *"ceder à Sociedade Musical de Pevidém o edifício da EB1 de Bairro para extensão da sua Escola de música"*. Do que vai dito em cima resulta claro que a posição deste grupo de vereadores, em absoluta coerência com o que em primeira instância defenderam no passado, será de concordância com o que é proposto. Com o comodato que nos é presente para análise e, sobretudo, com a circunstância de ele não se circunscrever a uma duração de um só ano, renovável por iguais períodos, mas antes por períodos sucessivos de 10 anos. O poder é exercido por quem vence as eleições. E é absolutamente legítimo que uma força política ou partidária entenda, a partir de certo momento, adotar propostas pontuais ou estruturantes apresentadas pelos seus opositores no passado. É legítimo e é até politicamente evoluído. Conquanto assente no reconhecimento dessa circunstância. Já por outro lado, fazê-lo como defensores da posição em causa desde início, não o sendo, transforma uma postura que poderia ser elevada numa manifestação de oportunismo político. Em todo o caso, as dinâmicas da intervenção pública assentam nesta dialética. A oposição tem que apresentar propostas com as quais se distingam de quem exerce o poder, mas quem exerce o poder pode sempre adoptá-las em momentos posteriores. A iniciativa de avançar com a medida política será sempre de quem a executa, será sempre de quem exerce o poder no momento da decisão. Naturalmente que o reconhecemos sem tibiezas. Mas na história dos processos de formação de convicção política, nos processos de chamada de atenção para determinadas temáticas, nos processos de apresentação concreta de propostas políticas, elevando-as ao patamar do debate político concelhio, há de estar naturalmente o papel dos que com elas primeiro avançaram, não porque a tenham concretizado porque também não têm o poder para o fazer, mas

porque o fariam se o tivessem, e porque do ponto de vista sugestivo, primeiro defenderam a solução. Está por isso de parabéns a Câmara Municipal de Guimarães. Porque avançou com uma obra e com uma medida (entrega à Sociedade Musical de Pevidém da EB1 de Bairro) que urgiam, que se justificavam, pelo que em boa hora são concluídas. Da nossa parte, temos a consciência tranquila de termos desempenhado o papel que nos compete. Porventura sem o qual talvez esta não fosse hoje uma realidade. O que não podendo ser garantido, não reduz nem aumenta o sentido de dever cumprido.” -----

PATRIMÓNIO – IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA LUZ – FREGUESIA DE CREIXOMIL - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE COZINHA - Presente a seguinte informação: “ A Irmandade de Nossa Senhora da Luz, sedeadada na freguesia de Creixomil, solicita a doação de equipamentos de cozinha que se destinam a ser utilizados em todas as festividades e eventos culturais a realizar na freguesia de Creixomil. De acordo com informação da Divisão de Educação, aqueles serviços dispõem de algum equipamento, designadamente uma hotte apanha fumos, 1 armário louceiro em inox e 2 escaparates em inox com gavetas, recolhidos de estabelecimentos de educação pré- escolar e do 1º ciclo do ensino básico, que foram objeto de requalificação, não havendo inconveniente na sua cedência. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela entidade, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de **€430,00**. -----



Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Hotte apanha fumos em aço inox 3600mm	€ 190,00	€ 190,00
Armário louceiro em aço inox	€ 100,00	€ 100,00
Escaparate em aço inox com 2 gavetas	€ 60,00	€ 60,00
Escaparate aço inox com 4 gavetas	€ 80,00	€ 80,00
Total		€ 430,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-----

RECURSOS HUMANOS – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE TÉCNICO SUPERIOR

– Presente a seguinte proposta: “Encontra-se previsto no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Guimarães um posto de trabalho de técnico superior, caracterizado como necessidade permanente, para desempenhar funções de enquadramento técnico relativamente ao pessoal da carreira de polícia municipal, Instruir processos de contraordenação que sejam da competência da polícia municipal, participar no serviço municipal de proteção civil, realizar estudos, conceber planos e adaptar métodos e processos técnicos tendo em vista decisões superiores e participar em ações de sensibilização e divulgação das diversas matérias, designadamente de prevenção rodoviária e ambiental. Encontra-se a assegurar estas necessidades permanentes do serviço um colaborador, em regime de mobilidade interna intercarreiras. Sendo a mobilidade, por natureza, transitória, torna-se necessária a abertura de concurso para preenchimento daquele posto de trabalho a título definitivo. Nestes termos, submete-se à aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, a abertura de procedimento concursal para contratação, por tempo indeterminado, de um técnico superior, com licenciatura adequada, para o Departamento de Polícia Municipal. De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº

35/2014, de 20 de junho, o recrutamento será efetuado através de procedimento concursal restrito a trabalhadores detentores de vínculo por tempo indeterminado. O posto de trabalho está previsto no mapa de pessoal e no orçamento para o ano 2016 e os respectivos encargos têm cabimento orçamental e compromisso.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-----

ENTIDADES PARTICIPADAS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA VIMÁGUA, EIM, SA – Presente a seguinte

informação: “A VIMÁGUA, EIM, SA remeteu a esta autarquia uma proposta de alteração dos respetivos estatutos, para ser aprovada pelos órgãos competentes do Município. Com esta alteração pretende-se que seja delegada na empresa intermunicipal a possibilidade de cobrança de valores resultantes da prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos através de processo de execução fiscal, tal como já vem acontecendo com a cobrança de valores resultantes da prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas. A faculdade de delegação desta competência na empresa intermunicipal resulta dos normativos legais aludidos na proposta apresentada pela empresa, isto é, resulta do n.º 1 do art.º 27.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, segundo o qual *“as entidades públicas participantes podem delegar poderes nas empresas locais, desde que esta faculdade conste expressamente na deliberação que determinou a sua constituição e nos respetivos estatutos.”* Assim, e nos termos da al. n) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do art.º 22.º da Lei n.º 50/2012, é necessário que esta alteração aos estatutos da empresa, e a consequente delegação de poderes, seja aprovada pela Assembleia Municipal, mediante proposta a submeter pela Câmara Municipal, nos termos da al. ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da



suprarreferida Lei n.º 75/2013.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

ENTIDADES PARTICIPADAS - ÁGUAS DO NORTE, SA - ALIENAÇÃO DE AÇÕES PRÓPRIAS DA ÁGUAS DO NORTE, SA - PROPOSTA DE DECISÃO NO SENTIDO DE NÃO SER EXERCIDO O DIREITO DE PREFERÊNCIA – Presente a seguinte

proposta: “Através de ofício de 8 de março de 2016, em anexo, a Sociedade Águas do Norte, SA veio comunicar o seguinte: - Que, nos termos dos artigos 30º e 31º do Decreto-Lei nº 93/2015, de 29 de maio, adquiriu as participações correspondentes ao capital social realizado na sociedade por parte dos Município de Chaves, Guimarães, Póvoa de Lanhoso e Vila Nova de Famalicão e da Associação de Municípios do Vale do Ave, num total de 8.019.526 ações, no valor nominal de €1,00 cada uma, representando 5,27% do capital naquela Sociedade, acrescido do valor de remuneração acionista em dívida em 30 de junho de 2015. - Que, nos termos do nº 2 do art.º 32º do referido Decreto-Lei nº 93/2015, após a concretização das participações sociais dos municípios à Sociedade, a Águas do Norte, SA “deve alienar a totalidade das participações sociais adquiridas aos municípios exonerantes, dispondo, para o efeito, do direito de alienação à AdP — Águas de Portugal, SGPS, SA, de cada uma das referidas participações no seu capital social, pelo respetivo preço de aquisição pela sociedade, sem prejuízo do exercício do direito de preferência dos restantes acionistas da sociedade na venda de participações no seu capital social”, devendo o exercício do direito de alienação observar, com as devidas adaptações, os trâmites e prazos previstos nos nºs 4 e 5 do art.º 30 do referido diploma legal. - Que, considerando o exposto, pode o Município de Guimarães, querendo, exercer o

direito de preferência relativamente às ações próprias a alienar pela Águas do Norte, SA, acrescido do valor de remuneração acionista, correspondente, até ao 60º dia a contar, inclusive, do primeiro dia útil seguinte ao da receção do aludido ofício. - Que, nos termos do nº 14 do art.º 8º dos estatutos da Águas do Ave, SA, aprovados em anexo ao mencionado Decreto-Lei nº 93/2015, querendo vários acionistas exercer o direito de preferência, as ações são alienadas na proporção das respetivas participações no capital social da sociedade alienante, acrescido da correspondente remuneração acionista, assinalando-se, quanto à aquisição de participações sociais, a exigibilidade de observância da lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Assim, em coerência com as posições anteriormente assumidas pelo Município, referidas na deliberação da Câmara Municipal de 23 de julho de 2015 (**Doc. 1**), que decidiu alienar a totalidade das participações sociais correspondentes a ações que atualmente detinha na Águas do Norte de Portugal, SA, e nas posteriores decisões nesta matéria, tomadas por deliberação da Câmara Municipal de 21 de janeiro de 2016, ratificada pela Assembleia Municipal em sessão de 27 de fevereiro de 2016 (**Doc. 2**), proponho que a Câmara Municipal delibere não exercer o direito de preferência relativamente às ações próprias a alienar pela Águas do Norte, SA. Os documentos acima referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Aquilo que se pretende aprovar agora é que o "O Município de Guimarães não exerça o direito de preferência



relativamente às ações que há meses vendeu à empresa “Águas do Norte SA” que as pretende agora vender à empresa “Águas de Portugal SA”. Aquando da proposta de alienação das participações do município de Guimarães na empresa “Águas do Norte S.A.” à própria empresa, o nosso grupo de vereação votou contra, pelas seguintes razões: 1. Em primeiro lugar porque o município não necessita de liquidez e até terá que pensar no risco da aplicação de €4.000.000; 2. Depois, porque a aplicação de 2 milhões de euros efetuada em Dezembro 2003 transformou-se agora em 4 milhões de euros, isto é, dobrou, obtendo uma taxa de 6,51% ao ano; 3. Em terceiro lugar porque se a participação não fosse bom negócio não haveria tanta apetência por parte das empresas privadas; 4. Por último porque se tratando embora de uma participação minoritária, não deixa de constituir uma importante presença num dos setores estratégicos mais importantes do momento e do futuro, tal como como o é o sector da água. Estas razões, que ditaram na altura o nosso sentido de voto, mantêm-se, pelo que iremos votar novamente contra.” -----

EDUCAÇÃO - CEDÊNCIA DE TRANSPORTE AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BRITEIROS – Presente a seguinte informação:

“O Agrupamento de Escolas de Briteiros solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de alunos e docentes, no dia 15 de Abril, ao aeroporto Francisco Sá Carneiro. Assim, considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação num encontro europeu no âmbito do programa ERASMUS +, onde estarão presentes escolas de França, Alemanha e Polónia e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho de 1 de março de 2016 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de

apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

CULTURA - CEDÊNCIA DE TRANSPORTE AO CENTRO CULTURAL DE VILA NOVA DE SANDE – Presente a seguinte informação: “A Direção do Centro Paroquial de Vila Nova de Sande “Encontro de Saberes” solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros, para efetuar o transporte dos idosos que frequentam as atividades de acompanhamento sociocultural, no dia 30 de Março. Considerando que se trata de deslocações que visam a participação dos idosos de baixos rendimentos em atividades culturais, visitar o Museu do Automóvel, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 20 de fevereiro de 2016 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se a ratificação do executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

CULTURA - CEDÊNCIA DE TRANSPORTE AO BJAZZ – CONVÍVIO JAZZ CHOIR – Presente a seguinte informação: “A BJAZZ – Convívio Jazz Choir solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos elementos da Orquestra, no dia 27 de Fevereiro a Oliveira de Frades. Assim, considerando que se trata de uma Escola que nasceu em 2012, ano em que Guimarães foi Capital Europeia da Cultura e que se trata de uma deslocação que visa a realização de um concerto, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho de 26 de fevereiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma



competência da Câmara Municipal a atribuição dos apoios, submete-se ao Executivo Camarário o transporte solicitado para ratificação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

CULTURA - CEDÊNCIA DE TRANSPORTE À SOCIEDADE MARTINS SARMENTO – Presente a seguinte informação: “A

Sociedade Martins Sarmento solicitou a colaboração do município através da cedência de uma viatura para efetuar o transporte de 7 quadros, no dia 15 de Março, de S. João da Madeira para Guimarães. Considerando que se trataram de quadros destinados a uma exposição de pintura “Periferias urbanas”, inaugurada no dia 18 de Março e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 10 de março de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se ao Executivo Camarário o transporte solicitado, para ratificação.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

Os Vereadores António Monteiro de Castro e José Torcato Ribeiro não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, em virtude de pertencerem aos órgãos sociais da associação. -----

CULTURA - MOVIMENTO ARTÍSTICO DAS TAIPAS – “BARCO ROCK FEST” 2016 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a

seguinte proposta: “O Movimento Artístico das Taipas – Associação Cultural, registado no RMECARH sob o nº 508 053 714/ RMECARH, propõe-se organizar, no corrente ano, uma nova edição do “Barco Rock Fest”, um festival de música moderna que se realizará como habitualmente junto à Praia Fluvial de Barco. Trata-se de uma iniciativa que já provou a sua capacidade de mobilização de públicos jovens de toda a região, em virtude de se ter vindo a afirmar de forma consistente e evolutiva no panorama dos festivais

musicais que se realizam durante a época de Verão. Pelo seu inquestionável interesse para a diversificação artística e geográfica da oferta cultural do concelho, proponho, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição de um subsídio de €20.000,00 (vinte mil euros) ao Movimento Artístico das Taipas para apoio à realização do "Barco Rock Fest '2016". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

CULTURA - CINECLUBE DE GUIMARÃES – XXVIII EDIÇÃO DO "CINEMA EM NOITES DE VERÃO" – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: "Cinema em Noites de Verão" é uma iniciativa do Cineclube de Guimarães que contou desde sempre com o apoio financeiro e logístico da Autarquia, e que, apesar de completar este ano 28 edições consecutivas, mantém e reforça consistentemente, em resultado de programações de grande qualidade, a sua capacidade de atração de públicos para o Cinema, num ambiente informal e de acesso livre. Assim, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, ao Cineclube de Guimarães, registado no RMECARH sob o nº 501536515, de um subsídio de €10.000,00 (dez mil euros), destinado a participar nos custos de organização do XXVIII Cinema em Noites de Verão, a decorrer no Largo da Oliveira no próximo mês de Agosto." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

CULTURA - FESTIVAL DE MÚSICA RELIGIOSA DE GUIMARÃES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: "O Festival de Música Religiosa de Guimarães é uma organização promovida conjuntamente pela Câmara Municipal, pela Santa Casa da Misericórdia de Guimarães e pela Sociedade



Musical de Guimarães, sendo esta última a entidade responsável pela programação artística do evento, bem como pelo pagamento dos cachets e outras despesas relacionadas com alguns dos grupos programados para atuar. Com o objetivo de comparticipar nas despesas assumidas por aquela entidade para a realização do Festival, proponho a atribuição, à Sociedade Musical de Guimarães, de um subsídio de €16.700,00.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

CULTURA - CASA DO POVO DE FERMENTÕES – SUBSÍDIO ÀS ATIVIDADES DO MUSEU DE AGRICULTURA – Presente a seguinte informação: “A Casa do Povo de Fermentões mantém há diversos anos em funcionamento o seu Museu de Agricultura, promovendo diversas iniciativas regulares de animação do Museu que, pelo interesse público de que se revestem, enquanto instrumentos de divulgação e vivificação das tradições agrícolas regionais, merecem ser apoiadas. Em face das dificuldades manifestadas pela Casa do Povo em continuar a custear isoladamente a sua realização, e em razão do citado interesse público, proponho, ao abrigo do nº 6 do Art.º 2º do Regulamento nº 606/2010 a atribuição, à Casa do Povo de Fermentões, de um subsídio de €3.000,00, destinado a comparticipar nos custos de realização das atividades citadas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

CULTURA - UTILIZAÇÃO DO GRANDE AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL VILA FLOR PELA SOCIEDADE PORTUGUESA DE QUÍMICA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo de Químicos Jovens (GQJ) da Sociedade Portuguesa de Química (SPQ) tem vindo a desenvolver uma série de projetos que têm como principal objetivo fomentar a interação e a divulgação científica entre a comunidade

de químicos jovens portugueses e europeus. Desde 2007 que o GQJ organiza conferências destinadas à comunidade jovem, em território nacional, tendo as edições anteriores sido organizadas em Lisboa, Porto, Aveiro e Coimbra, denominando-se de PYChem (Portuguese Young Chemistry). Estando já afirmado o potencial do congresso nacional, decidiu o GQJ alargar o congresso à comunidade de jovens químicos europeus em 2016. Assim, de 26 a 29 de Abril de 2016 realizar-se-á o 5º PYChem em Guimarães juntamente com o 1º encontro europeu de jovens químicos (1º EYChem) e a Assembleia de delegados europeus do European Young Chemists Network (EYCN). Estes três eventos, contando com a colaboração e apoio do 3B's Research Group, serão organizados ao mesmo tempo em Guimarães e contarão com a presença de centenas de cientistas de toda a Europa, sendo o apoio da Câmara Municipal de Guimarães considerado imprescindível na cedência de um espaço para o desenvolvimento das conferências, razão pela qual nos solicitam apoio que lhes permita fazer face aos custos de utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor para o efeito. Assim, considerando o inquestionável interesse público de que se reveste a realização destes eventos em Guimarães proponho a atribuição, à Sociedade Portuguesa de Química, de um subsídio de €9.225,00, destinado a suportar os custos de utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor fixados nos termos do art.º 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor, nas datas e para os efeitos referidos.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-----

DESPORTO – GRUPO DESPORTIVO “PANTERAS DE MATAMÁ” – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO E VEDAÇÃO DO RECINTO DESPORTIVO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo



Desportivo “Panteras de Matamá” apresentou o plano de manutenção, requalificação e substituição da vedação do seu recinto desportivo, e solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução daquelas obras. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento total de €14.238,05, sendo que €10.756,25 (IVA incluído) são referentes aos materiais a aplicar e o restante correspondente à mão de obra e equipamento, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a comunidade, atendendo às condições de segurança e salubridade que as mesmas visam melhorar, submete-se à aprovação do executivo camarário o apoio ao Grupo desportivo “Panteras de Matamá”, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €14.238,05. O presente apoio é concedido ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE.-----

DESPORTO – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE - CART – CENTRO DE ATIVIDADES RECREATIVAS TAIPENSE – Presente a seguinte informação: “O CART – Centro de Atividades Recreativas Taipense solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte da equipa sénior e seu staff, no dia 12 de Março a Sines. Assim, considerando que se trata

de uma deslocação que visa a realização de uma partida a contar para os 16 avos de final da Taça de Portugal em Hóquei em patins e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho a 26 de fevereiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se ao Executivo Camarário o transporte solicitado para ratificação.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-----

DESPORTO – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE - GRUFC – GUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUB – Presente a seguinte informação: O GRUFC – Guimarães Rugby Union Football Club solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar a transporte das equipas sub 18 e sénior, no dia 6 de Março, à Lousã. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação das equipas em jornada a contar para o Campeonato Nacional da II Divisão, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do serviço em causa, por despacho a 4 de março de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se ao Executivo Camarário o transporte solicitado para ratificação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

RELATÓRIO E CONTAS – RELATÓRIO E CONTAS DE 2015 – Presente o Relatório e Contas da Câmara Municipal relativo ao ano de 2015, cujos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro.



Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "As contas do ano 2015 espelham naturalmente variadíssimos aspetos que aqui poderíamos realçar. Entendemos, no entanto, que de entre todos eles merecerem ser postos em evidência os seguintes: 1. Em primeiro lugar e desde logo os **resultados do exercício de 2015** que apontam para um resultado líquido positivo, aspeto naturalmente importante para poderem ser pagas as dívidas contraídas no âmbito dos investimentos realizados ao longo dos anos, mas um resultado deveras exagerado quando atinge o montante de **€10.601.000**, isto depois de terem sido amortizados mais do que 16.400.000 €, tudo muito conseguido à custa da utilização de taxas máximas dos impostos municipais; 2. Um segundo aspeto a confirmar a ocorrência destes fortes resultados do exercício é a **contínua subida dos saldos de Gerência** que era de **18.121.723 €** em 31 dezembro 2013, que subiu para **22.560.655 €** em 31 dezembro 2014, e que passou para **30.621.161 €** em 31 dezembro 2015, isto depois de ter havido uma redução da dívida de médio prazo de 5.800.000 ao longo do ano 2014, e 7.218.000 € ao longo de 2015; 3. Depois, uma circunstância que merece uma profunda reflexão é a evolução da receita do IMI ao longo dos anos, o principal responsável pelos bons resultados contabilísticos já que a sua subida nos últimos quatro anos foi de 4.000.000 €, isto é, 1.000.000 € em média por ano. Recordamos que aquando da discussão do orçamento para o ano em curso, chamávamos a atenção para o facto de a receita do IMI estimada para o ano de 2016 de 19.136.800€, estar sub-estimada já que os 18.300.000 € orçamentados para 2015 seriam necessariamente ultrapassados face aos dados de 30/junho, facto que se veio a confirmar já que a

receita atingiu **19.679.000 €**, isto é, ultrapassou em **1.379.000 €** permitindo concluir que muito provavelmente a receita de IMI do próximo ano ultrapassará mesmo os 20.000.000 €. Sempre defendemos a existência de contas fiáveis, orçamentos equilibrados, tendencialmente com défices nulos, de modo a assegurar níveis de endividamento controlados e compatíveis com exercícios sadios e sem violências fiscais sobre os contribuintes atuais e sobre os contribuintes futuros. Teríamos compreensão para a adoção de taxas máximas de impostos municipais se se desse a circunstância do nosso município se encontrar numa situação financeira grave como é o caso da situação do Estado Português. Mas não é o caso, felizmente. Entendemos que este relatório e estas contas confirmam uma desnecessária violência fiscal sobre os munícipes já que se poderia ter um resultado de exercício equilibrado sem ser necessário recorrer a taxas municipais máximas. Recordo que se quiséssemos passar a taxa de 0.375% que praticamos no IMI para 0.30%, como alguns dos municípios nossos vizinhos – e como estes vereadores propõem desde início do mandato – teríamos menos 4.000.000 € de receita, mas mesmo assim, um resultado positivo de 6.000.000 €. E avisamos que estaremos atentos para verificar se todo este esforço fiscal pedido aos munícipes durante todo este mandato será agora aliviado em ano de eleições, o que seria condenável porque, a suceder, representaria que a vontade deste executivo não é de aliviar os nossos contribuintes mas sim de o fazer apenas e só quando seja politicamente vantajoso para o partido do poder. O que é algo a que não deixaremos de estar atentos. Ainda e em conclusão, importa recordar que o Relatório e Contas é o documento que nos permite verificar se o Orçamento que aprovamos é ou não um verdadeiro documento previsional. O que,



olhando para estas contas, facilmente verificamos que o não é. Em Guimarães o orçamento é tudo menos um documento previsional. A Câmara abre variadíssimas rubricas, em ordem a que possa efetuar alterações orçamentais, sem que careça de desencadear os procedimentos correspondentes a uma revisão orçamental. Ou seja e para além do mais, o relatório de contas que será votado não reflete a execução de um documento previsional e conforme aprovado em reunião de Câmara. A incapacidade de prever e antecipar cenário com rigor é sintomática de uma política de “navegação à vista”. E o facto de estarmos a executar um plano que diverge do inicialmente apresentado não pode igualmente deixar de ser motivo de reparo.” -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS – REVISÃO ORÇAMENTAL –

Presente a seguinte informação: “Estando agora reunidas as condições para inscrever o saldo da gerência do ano anterior no orçamento de 2016, o que viabiliza a inclusão de novos projetos que, na fase de elaboração do documento previsional, não eram passíveis de dotação por insuficiência da receita estimada e considerando as informações dos diversos Serviços juntas em anexo, torna-se necessário proceder a uma revisão orçamental nos seguintes termos: **RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE RECEITA** - Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação 16.01.01 designada por saldo da gerência anterior, no valor de €13.779.962,00. **RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE DESPESA** - Reforço / inscrição no valor total de €13.779.962,00 nas seguintes rubricas orçamentais: -----

Designação	Rubrica	Valor
Cinema em Noites de Verão Transferências correntes - Instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades 2.5.1.1601 09/040701	10 000,00
Comemorações do 24 de junho Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - alimentação - refeições confeccionadas	Plano de Atividades 2.5.1.1904 09/020105	25 000,00

Designação	Rubrica	Valor
Comemorações da Classificação como Património Mundial Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades 2.5.1.1905 09/020220	10 000,00
Programação Cultural de Verão Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades 2.5.1.1909 09/020225	215 000,00
Atividades Culturais Descentralizadas Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades 2.5.1.1915 09/020225	115 000,00
Ações de Comunicação Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades 2.5.1.1917 09/020220	200 000,00
Edições Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades 2.5.1.1920 09/020225	30 000,00
Orquestra de Guimarães Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades 2.5.1.1921 09/020225	30 000,00
Programação Cultural de Natal/Passagem de Ano Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades 2.5.1.1922 09/020220	70 000,00
Apoio Logístico às Atividades Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades 2.5.1.41 09/020220	25 000,00
Casa da Memória Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.22 03/070113	125 000,00
Aquisição de Maquinaria e Equipamento - Cultura Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.02 09/07011002	20 000,00
Auditório da Universidade do Minho (protocolo) Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.03 09/07011002	2 720,00
Inventário do Património Cultural Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento de informática	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.42 09/070107	100 000,00
Subsídios no âmbito do RMECARH Transferências correntes - Instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades 2.5.1.1610 09/040701	100 000,00
Subsídios no âmbito do RMECARH Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades 2.5.1.1610 09/080701	25 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - comunicações	09/020209	150 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	09/020225	50 000,00
Transferências correntes - sociedades e quase sociedades não financeiras - públicas - outras	09/04010102	3 357 413,00
Aquisição de bens e serviços - Aquisição de serviços - Encargos de cobrança de receitas	0103/020224	400 000,00
Outras despesas correntes - Diversas - Outras - Restituições	0103/06020301	200 000,00
Outras despesas correntes - Diversas - Outras - Iva Pago	02/06020302	400 000,00
Aquisição de bens e serviços - Aquisição de serviços - Encargos de instalações	02/020201	250 000,00
Despesas com pessoal - Segurança Social - Encargos com saúde	12/010301	500 000,00
Edição do catálogo do Fundo Freitas do Amaral Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades 2.5.1.1710 10/020220	25 000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 7 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 31 DE MARÇO DE 2016

Designação	Rubrica	Valor
Elaboração e Edição de Publicação/Monografia - Biografias Vimaraneses Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades 2.5.1.1704 10/020220	900,00
Modernização Administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - software informático	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.06 02/070108	125 000,00
Modernização Administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento de informática	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.06 02/070107	70 000,00
Modernização Administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.06 02/07011002	3 929,00
Conservação e Obras Imprevistas na Zona Urbana Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.01 03/07030301	350 000,00
Conservação e Obras Imprevistas na Zona Rural Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - Viação Rural	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.02 03/07030308	250 000,00
Centro Cívico de Ponte Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.63 03/07030301	650 000,00
Requalificação da Rua dos Cutileiros Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.34 03/07030301	150 000,00
Edifícios Municipais Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações de serviços	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.19 03/07010301	150 000,00
Adaptação da fábrica Freitas & Fernandes para a Universidade das Nações Unidas e Agência para a Modernização Administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações de serviços	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.3.10 03/07010307	200 000,00
Escola Básica 2.ª e 3.ª Ciclo das Taipas Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.3.10 03/07010305	500 000,00
Iluminação LED na rede de IP Aquisição de bens de capital - investimentos - construções diversas - infraestruturas para distribuição de energia elétrica	Plano Plurianual de Investimentos 3.2.2.07 03/07010410	150 000,00
Requalificação da EB1 Casais Brito Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.74 03/07010305	100 000,00
Apoio a Pessoas de Estratos Sociais Desfavorecidos Transferências correntes - famílias - outras - outras	Plano de Atividades 2.3.2.0901 08/04080202	10 000,00
Apoio a Pessoas de Estratos Sociais Desfavorecidos Transferências de capital - famílias - outras	Plano de Atividades 2.3.2.0901 08/080802	10 000,00
Inovação e Desenvolvimento Social Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades 2.3.2.0502 08/020220	30 000,00
Benefícios para Transportes Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - transportes	Plano de Atividades 2.3.2.0902 08/020210	160 000,00

Designação	Rubrica	Valor
Gestão de Equipamentos e Atividades Sociais Subsídios - sociedades e quase sociedades não financeiras - públicas - outras	Plano de Atividades 2.3.2.11 08/05010102	345 000,00
Aquisição de Terrenos Aquisição de bens de capital - investimentos - terrenos	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.04 11/070101	600 000,00
Outras Aquisição de Edifícios Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.20 11/07010307	1 000 000,00
Equipamento Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 1.2.1.03 05/070115	40 000,00
Serviço de Proteção Civil Transferências correntes - Instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades 1.2.1.11 05/040701	100 000,00
Aquisição de Viaturas Aquisição de bens de capital - investimentos - material de transportes - outro	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.01 0103/07010602	300 000,00
Aquisição de Maquinaria e Equipamento Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.02 0103/070113	150 000,00
Abrigos de Passageiros e Balizadores Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outros bens de domínio público	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.2.03 05/070306	20 000,00
Pátios Desportivos Aquisição de bens de capital - investimentos - construções diversas - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.11 03/07010406	20 000,00
Requalificação e Beneficiação de Pavilhões Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.12 03/07010302	40 000,00
Transferências - Obras de Raiz Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades 2.5.2.0301 09/080701	200 000,00
Torneio Guimarães Legens Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades 2.5.2.3315 09/02.02.25	10 000,00
Estafeta da Amizade Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades 2.5.2.3316 09/02.02.25	10 000,00
Taipas Turitermas Ativos financeiros – ações e outras participações – sociedades e quase-sociedades não financeiras - públicas	Plano Plurianual de Investimentos 3.5.21 0101/090702	1.600.000,00

A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do nº12 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 7 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 31 DE MARÇO DE 2016

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

O Presidente da Câmara recordou que a próxima reunião de Câmara será descentralizada, realizando-se na Vila de Moreira de Cónegos, considerando-se todos os membros presentes devidamente convocados. -----

PELAS ONZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----